



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

A Coordenadoria Executiva e de Planejamento

Sr. Coordenador

Ref.: Apreciação de recurso interposto por **TERRATEK TECNOLOGIA LTDA.**

Tomada de Preços N. 002/2019.

OBJETO: “PROJETO BÁSICO E EXECUTIVO DE RECUPERAÇÃO DAS BARRAGENS GERICINÓ, NILÓPOLIS E MESQUITA”.

Conhecidos os termos do referido documento, a Comissão Permanente de Licitação, passa a expor:

RECURSO interposto tempestivamente pela empresa **TERRATEK TECNOLOGIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede a Avenida Érico Veríssimo 901, sala 302, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n. 04.686.610/0001-41, doravante denominada **TERRATEK**;

Em apertada síntese a recorrente **TERRATEK** apresenta em suas razões de inconformismo não reconhecer os motivos que levaram a sua inabilitação, alegando ter cumprido a rigor a habilitação jurídica, estando seu estatuto social devidamente averbado junto ao cartório de registro de pessoas jurídicas, bem como aduz que a autenticidade do mesmo é reconhecida on line pelo próprio cartório expedidor, dispensando, portanto, de outras chancelas quanto a sua autenticidade.

Por outro lado se levanta quanto à habilitação da licitante **ENGEVIX ENGENHARIA E PROJETOS S.A.** afirmando que a mesma recebeu penalidade perante o Tribunal de Contas da União tornando-a inidônea a participar de processos licitatórios.

No que tange à habilitação jurídica da recorrente, em conformidade com o item 6.3.1 do edital, percebe-se que assiste razão a recorrente, a mesma logrou êxito em demonstrar que, por se tratar de sociedade simples, a averbação do seu contrato social se dá perante o RCPJ e não a JUCERJA, portanto, sendo obrigada a atender a ordem emanada pela alínea “d” daquele item do instrumento convocatório e não a “c” como se fez constar em ata.

Tal procedimento tem previsão legal no art. 1.150 do CC/2002, portanto, de observância obrigatória para a licitante.

No que toca à exigência de autenticação (item 6.8.2 do edital) no documento que comprova a averbação do estatuto social também assiste razão a recorrente, verifica-se que é possível a verificação da autenticidade do mesmo a partir do *site* indicado no selo presente no documento (www.rcpjrj.com.br).

A comissão ao acessar o site verificou que o mesmo apresenta cópia idêntica do documento juntado ao envelope de habilitação da recorrente o que valida sua autenticidade.

Portanto, pautando-nos no dever poder de autotutela, esta CPL, atendendo às razões esboçadas no presente recurso, entende pela habilitação da recorrente **TERRATEK**.

Passemos a análise da recorrente pela inabilitação da licitante **ENGEVIX**, primeiramente ressaltamos que a recorrida deixou de apresentar contrarrazões.

Em relação à alegada declaração de inidoneidade da licitante ENGEVIX, acessamos o portal transparência do governo federal, especificamente o Cadastro de Empresas Inidôneas e



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

Suspensas – CEIS, que, inclusive juntamos aos autos, e constatamos não haver, segundo este cadastro qualquer penalidade aplicada à recorrida.

Não obstante, acessamos também o SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores a fim de consultar o CNPJ da recorrida quanto à restrição de contratar com a administração pública, o sobredito sistema retornou negativamente para a empresa ENGEVIX, conforme documento.

Por fim, acessamos o Sistema Integrado de Gestão de Aquisições – SIGA, no intuito de localizar sanções da recorrida (em anexo) o que também não apontou qualquer pecha.

Inobstante, deve-se, a guisa do debate, esclarecer que as penalidades aplicadas pelo TCU, segundo a recorrente (processos 021.542/2016-3 e 013.384/2017-1) tiveram como base legal o art. 46 da Lei 8.443/1992 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União), portanto, sua extensão se resume à administração pública federal ou sobre os entes que se valeram de recursos federais para a execução de seus projetos, assim dispondo a mencionada norma.

*Art. 46. Verificada a ocorrência de fraude comprovada à licitação, o Tribunal declarará a inidoneidade do licitante fraudador para participar, por até cinco anos, de licitação na **Administração Pública Federal.** (g.n.)*

Neste ponto, destacamos manifestação do próprio Tribunal de Contas Federal no Acórdão nº 348/2016 – Plenário que assim pontua:

9.2. firmar entendimento, com fundamento no art. 46 da Lei 8.443/1992, de que:

*9.2.1. as sanções de declaração de inidoneidade impostas pelo TCU alcançam as licitações e contratações diretas, promovidas por estados e municípios, **cujos objetos sejam custeados por recursos oriundos de transferências voluntárias da União;** (g.n.)*

Logo, em face da procedência parcial do recurso manejado, bem como pelo princípio da autotutela que norteia a gestão pública e pelos fundamentos expostos, conhecemos do presente recurso e no mérito sugerimos pelo seu **PARCIAL DEFERIMENTO**.

Logo, sugerimos a manutenção da habilitação da licitante ENGEVIX e retificamos a posição anterior desta CPL para declarar **HABILITADA** a recorrente TERRATEK.

Nada mais havendo a tratar, encaminhamos à apreciação superior, rogando pela posterior publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

Em, 14 de agosto de 2019

Comissão Permanente de Licitação:

Paulo Cesar Longo Diniz Junior
Presidente
Id. Funcional: 5084655-8

Paulo Vitor da Silva Manhães
Membro
Id. Funcional: 5087775-5

Leonardo Resende Gonçalves
Membro substituto
Id. Funcional: 4271686-6